

continuação

EQ

ATORIAL

ENERGIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.020.438/0001-73

Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas. Diferencial de governança corporativa: 100% de tag along aos acionistas minoritários. • Seis dos oito membros independentes no Conselho de Administração. • 100% do capital total como free float, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado. • Obrigação de oferta de compra pelo preço econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital. • Divulgação de operações com títulos da Companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores. • Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial. • Manutenção de Política de Divulgação de Atos ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas. • Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, das Demonstrações dos Fluxos de Caixa. • Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP. • Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral. De acordo com o Contrato

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021									
(Em milhares de Reais)									
	Controladora				Consolidado				
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021		
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	460.753	541.415	3.166.362	2.996.589				
Aplicações financeiras	6	26.578	2.306.880	4.714.434	7374.627				
Contas a receber de clientes	7	-	-	7689.205	5.476.221				
Aquisição de combustivel - conta CCC		-	-	84.236	63.197				
Serviços pedidos		-	-	656.579	605.958				
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	394.179	698.729				
Impostos e contribuições a recuperar	9	35	35	129.426,39	1.215.975				
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		53.313	18.776	612.529	305.935				
Dividendos a receber	10	382.410	604.025	-	6.036				
Devolução de capital social a liquidar	10	312.647	-	-	-				
Almoxarifado		-	-	278.860	203.710				
Depósitos judiciais	23	695	283	5.711	4.025				
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	88.972	293.020				
Outras contas a receber		56.940	12.129	1.133.164	1.051.710				
Ativo do contrato	15	-	-	1.437.976	1.394.297				
Total do ativo circulante		1.293.371	3.483.543	21.689.299	21.690.029				
Não circulante									
Aplicações financeiras	6	-	-	538.139	116.363				
Contas a receber de clientes		-	-	1.048.922	1.221.295				
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	61.921	697.926				
Impostos e contribuições a recuperar	9	20	-	3.491.238	972.804				
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		22.801	24.180	115.858	117.237				
Serviços pedidos		-	-	54.235	20.976				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	2.277.811	939.618				
Depósitos judiciais	23	170	172	653.611	470.060				
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	85.120	85.120				
Benefício pós-emprego	30	-	-	32.616	29.144				
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	585.313	413.131	589.564	540.603				
Outras contas a receber		12.691	129.192	660.538	213.258				
Investimentos	11	20.353.467	12.018.253	27.074.594	17.054				
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	10.034.604	7514.655				
Imobilizado	13	3.230	2.908	4.984.105	229.079				
Intangível	14	6.284	3.401	29.245.320	15.836.076				
Direito de uso	-	-	-	154.254	52.982				
Ativo de contrato	15	-	-	50.177.287	10.798.381				
Total do ativo não circulante		21.092.976	12.591.741	68.928.098	40.024.271				
Total do ativo		22.386.347	16.075.284	90.617.397	61.714.300				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas									

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021									
(Em milhares de reais)									
	Controladora				Consolidado				
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021		
Recém de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	-	-	-	25.699.609	22.917.902				
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-	-	-	1.432.888	1.322.984				
Receita operacional líquida	25	-	-	27.132.507	24.240.886				
Energia elétrica comprada para revenda	27	-	-	(10.921.312)	(12.393.249)				
Custo de construção	-	-	-	(5.135.279)	(3.048.409)				
Custo da operação	-	-	-	(2.491.141)	(1.903.752)				
Custos de energia elétrica, construção e operação	26	-	-	(18.555.736)	(17.345.410)				
Lucro bruto	-	-	-	8.566.771	6.895.476				
Recursos (despesas) operacionais	26	-	-	(789.078)	(597.431)				
Despesas com vendas	26	-	-	(1.598.146)	(1.199.595)				
Despesas gerais e administrativas (Perdas) reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	26	-	-	(264.995)	32.920				
Resultado da equivalência patrimonial	28	1.797.781	3.558.641	(68.393)	66.976				
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(34.714)	(5.922)	(83.329)	(210.854)				
Total de receitas (despesas) operacionais	1.691.380	3.484.265	(3.289.558)	(1.907.984)	-				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.691.380	3.484.265	5.272.213	4.987.942	-				
Recursos financeiros	29	354.827	1.740.703	2.229.703	2.229.703				
Despesas financeiras	29	(623.578)	(113.016)	(6.082.889)	(3.057.761)				
Resultado financeiro	29	(258.951)	350.727	(2.584.476)	(618.058)				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.432.429	3.834.992	2.692.737	4.169.434	-				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20.4	-	-	(605.659)	(356.098)				
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20.4	(58.491)	(140.465)	(165.075)	489.173				
Impostos sobre o lucro	(58.491)	(140.465)	(770.734)	133.075	-				
Lucro líquido do exercício	1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509	-				
Resultado atribuível aos:									
Acionistas da controladora		1.373.938	3.694.527	1.373.938	3.694.527				
Acionistas não controladores		-	-	548.065	607.982				
Lucro líquido do exercício	1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509	-				
Lucro por ação básico - R\$	24.6	1.2490	3.7639	625.405	625.405				
Lucro por ação diluído - R\$	24.6	1.2423	3.7571	-	-				
Quantidade de ações ordinárias no final do exercício (em milhares de ações)		1.128.935	1.010.540	-	-				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas									

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021									
(Em milhares de reais)									
	Controladora				Consolidado				
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	-	-	-	-	36.958.239	32.259.165	-	-	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(264.995)	32.920	-	-	
Outras receitas	17	-	-	-	4.957	5.890	-	-	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	17	-	-	-	36.698.201	32.297.975	-	-	
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	-	-	(16.074.595)	(15.441.658)	-	-	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46.418)	(45.369)	(2.110.337)	(1.399.085)	-	-	-	-	
Variações das margens dos ativos de contrato	-	-	-	-	(118.080)	(405.851)	-	-	
Subvenção - CCC	-	-	-	-	(38.269)	(48.383)	-	-	
Outras despesas	(34.731)	(5.922)	(74.072)	(314.470)	-	-	-	-	
Participação das acionistas não controladores	(81.149)	(51.291)	(190.053)	(117.641)	-	-	-	-	
Valor (aplicado) adicionado bruto	(81.132)	(51.291)	17.612.148	14.643.558	-	-	-	-	
Depreciação e amortização	(113)	(324)	(1.209.716)	(783.517)	-	-	-	-	
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(81.245)	(51.615)	16.402.432	13.860.041	-	-	-	-	
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas financeiras	372.641	467.297	3.621.184	2.302.265	-	-	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial	1.797.781	3.558.641	-	66.976	-	-	-	-	
Amortização do direito de concessão	-	-	(515.402)	(170.995)	-	-	-	-	
Valor adicionado total a distribuir	2.170.422	4.025.938	3.105.782	2.198.246	-	-	-	-	
Distribuição do valor adicionado	2.088.177	3.974.323	19.508.214	16.058.287	-	-	-	-	
Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-	
Remuneração direta	21.772	15.791	500.803	472.511	-	-	-	-	
Benefícios	911	3.918	280.769	233.111	-	-	-	-	
FGTS	294	209	92.283	115.571	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	2.701	-	-	-	-	
Total	22.977	19.918	873.855	823.894	-	-	-	-	
Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Federais	68.612	146.800	5.826.846	3.154.870	-	-	-	-	
Estaduais	-	-	4.775.531	4.705.359	-	-	-	-	
Municipais	-	-	9.300	9.184	-	-	-	-	
Total	68.612	146.800	10.611.677	7.869.413	-	-	-	-	
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros	572.637	102.000	4.302.411	2.471.075	-	-	-	-	
Aluguéis	72	62	17.790	4.710	-	-	-	-	
Outros	50.941	11.016	1.780.478	586.686	-	-	-	-	
Total	623.650	113.078	6.010.679	3.062.471	-	-	-	-	
Remuneração de capitais próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	330.276	877.450	430.283	998.437	-	-	-	-	
Lucro retido no exercício	1.043.660	2.817.077	1.043.660	2.817.077	-	-	-	-	
Participação dos não controladores no lucro retido	-	-	448.060	486.995	-	-	-	-	
Total	1.373.938	3.694.527	1.922.003	4.302.509	-	-	-	-	
Valor adicionado	2.088.177	3.974.323	19.508.214	16.058.287	-	-	-	-	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas									

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				Tributos			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				Federal			
(Em milhares de reais)				Estaduais			
				Municipais			
</							

EQUATORIAL ENERGIA S.A. Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

participações de valor justo, incluindo os valores justos de Nivel 3. A equipe de avaliação de valorizou regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tal como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações foram realizadas. Quando não há evidências disponíveis de terceiros, a equipe de avaliação utiliza controles internos das operações de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para valores e passivos identificados; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo não é utilizada; **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é utilizada para a avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as diferenças entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis que ocorrem nas mudanças. Informações adicionais sobre as premisas utilizadas nas mensurações de valor justo estão disponíveis no Anexo 13 – Informações adicionais sobre as demonstrações contábeis financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa 3.2.1. **Novas normas, alterações e interpretações não adotadas vigentes:** **3.1 Base de consolidação:** A Companhia e suas controladas aplicam o método de consolidação por controle efetivo, considerando a aquisição, o controle e a perda de controle, bem como a participação na subsidiária, quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos dos negócios adquiridos; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação não monetária; e (iv) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação monetária na subsidiária, quando aplicável. A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis a valor justo desta subsidiária. Cada contraprestação contingente paga é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como um ativo, o valor justo é determinado com base no valor justo de mercado de um instrumento de patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em uma data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Qualquer algo que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução a valor recuperável. Ganhos em uma compra variável são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Os ganhos e perdas subsequentes ao valor justo são reconhecidos no resultado do exercício. **3.2 Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são avaliados com base no resultado de mercado de um instrumento de patrimônio líquido ou no preço de mercado de um ativo ou passivo. **3.3 Estimativas e julgamentos críticos:** No processo de mensuração das combinações de negócio a Administração da Companhia aplica pressupostos e estimativas nas principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas pressupostos e estimativas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas. Os julgamentos e estimativas são baseados em informações disponíveis e são avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados apresentados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função da revisão de fatos e circunstâncias que ocorrem após a aquisição. **3.4 Avaliação de crescimento:** A Companhia e suas controladas aplicam o método de avaliação de crescimento para avaliar o valor justo de uma subsidiária. **3.5.11.1 Echeoenergia Participações S.A.:** Em 28 de outubro de 2021, a Companhia adquiriu 100% das ações da Echeoenergia Participações S.A. em troca do contrato de compra e venda de ações entre a Companhia, a qualidade de comprador, e a Ipirang Fund de Investimento em Participações Multissetoriais, na qualidade de vendedor, nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela controlada Equatorial Transmissão de 100% das ações representadas por 100 milhões de ações ordinárias da Echeoenergia Participações S.A. (Echeoenergia). A aquisição estava sujeita a determinadas condições, precedentes ou não, incluindo, entre outras, (a) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; (b) ausência de credores (com relação ao contrato de controle direto ou indireto da Echeoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pelas subsidiárias, nos acordos e (c) aprovação em favor da aquisição da Echeoenergia Participações S.A. pelo Conselho de Administração da Equatorial Transmissão em 2021, tendo em seguida a aprovação da operação de compra e venda pelo CDA da Echeoenergia em 03 de março de 2021, em conjunto o processo de compra e venda da Echeoenergia e a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% das ações representativas do capital social da Echeoenergia. A aquisição de controle da Echeoenergia permitiu o avanço do projeto de uma nova etapa de crescimento através da geração de energia renovável. Da data da aquisição, a Echeoenergia passou a ser controlada pela Companhia. Desde a data da aquisição, a Echeoenergia contribuiu com receita líquida de R\$ 839.557 e prejuízo líquido de R\$ 16.568 as informações consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, o seja, em 01 de janeiro de 2021, a Echeoenergia teria contribuído com R\$ 979.306 de receita líquida e R\$ 16.568 de prejuízo líquido. **3.5.11.2 Echeoenergia Participações S.A.:** Em 03 de março de 2021 foi concluída a operação e a Equatorial Transmissão adquiriu 100% da participação social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento à vista, via transferência bancária, no montante de R\$ 708.993, ao Ipirang Fundo de Investimento em Participações Multissetoriais. **3.6 Custos de aquisição:** Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 13.376 foram contabilmente registrados no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. **3.7 Assunções:** A alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição da Echeoenergia é apresentada a seguir:

	Aquisição de controle
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	385.325
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	404.457
Contas a receber de clientes	193.367
Almoceado	8.858
Impostos e contribuições a recuperar	1.370
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	21.172
Adiantamento a fornecedores	18.878
Despesas pagas antecipadamente	41.043
Outros ativos	239.838
Imobilizado	5.052.986
Intangível	5.490.592
Direito de uso	82.924
Passivos	
Fornecedores	(45.245)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(13.260)
Empréstimos e financiamentos	(2.995.214)
Debitantes	(1.242.452)
Impostos e contribuições a recolher	(9.549)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(16.566)
Pagamento baseado em ações	(222.008)
Provisão de resarcimento	(260.810)
Outros passivos	(185.605)
Total dos ativos identificáveis, líquido	7.008.993
Ativos líquidos adquiridos (100,00%)	7.008.993
(-) Contraprestação paga	(7.008.993)

Agrilo

Conservação de valores justos: Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de mercado para a mensuração de preços para mercado para bens semelhantes, custos de reposição, fluxo de caixa descontado, entre outros. As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e passivos assumidos identificados na aquisição da Echeoenergia são conforme a seguir: a) Prazo de exploração de 24 a 33 anos remanescentes; b) Despesa operacional baseada em estimativas da Administração, considerando a experiência do Grupo; c) Não foram reconhecidos impostos diferidos relacionados com a aquisição da Echeoenergia; d) Taxa de desconto de 10,00%; e) Taxa de desconto refletido o custo médio ponderado do capital de 10,00% ("WACC = Weighted Average Capital Cost") para o integral Contorno de Venda de Energia e 10,20% para integral de Autotização, em nível adequado a percepção do risco de mercado; f) Os ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram as seguintes:

Ativo intangível adquirido	Técnica de avaliação
Contrato de venda de energia de longo prazo e Portaria de autorização	Multi-period excess earning O método considera o valor presente do fluxo de caixa projetado do intangível adotando uma taxa de desconto de 10,00% para o intangível Contrato de Venda de Energia e 10,20% para o intangível de Autorização, estimada com base no WACC e no WARA calculados para a Empresa/ativo intangível. Replacement cost O método considera o valor justo do ativo intangível mensu-

3.11.2 **CELG Distribuição S.A. – CELGD**: Em 22 de setembro de 2002, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (compradora) – controlada pela Companhia – e Equi Brasil S.A. (vendedora), nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela compradora, de 282.955.232 ações ordinárias, representando 99,964% das ações representativas da capital social da CELG Distribuição S.A. – CELGD. Em 08 de novembro de 2002, transitou em julgado a aprovação da operação de compra e venda pelo CME. Em 06 de dezembro de 2002, a INEEC emitiu o Despacho nº 498/2002, anulou a transação e determinou a devolução das ações e das participações, com o prazo de cumprimento de até 120 dias a partir da data do despacho. Em 20 de dezembro de 2002 foi concluída a operação e a Equatorial Participações assumiu oficialmente o controle da CELGD e passou a controlá-la. A aquisição de controle da CELGD permitiu ao Grupo iniciar sua participação no mercado de distribuição de energia da região centro-oeste. Da data da aquisição, considerando a conclusão da aquisição ocorrida em 29 de dezembro de 2002, a CELGD não contribuiu com receita líquida tampouco com lucro líquido às informações consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 29 de dezembro de 2002, a Equatorial Participações teria recebido, em troca das ações, R\$ 908.417,29 de receita líquida e R\$ 808.417 de prejuízo do exercício. (a) Contraprestação transferida: Conforme mencionado acima, no dia 29 de dezembro de 2002 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras ações, que a Equatorial Participações S.A. adquiriu 99,964% do capital social total votante da controlada, em contrapartida ao pagamento à venda, via transferência bancária, no montante de R\$ 1.513.129, à vendedora. (b) Custos da aquisição: Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 1.523 foram contabilizados como despesas gerais e administrativas. (c) Alíquotas incidentes: Os custos da aquisição foram apurados com base nos dados de custo de aquisição de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição de CELGD e apresentada a seguir:

Aquisição de controle	
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	83.453
Aplicações financeiras	10.833
Contas a receber de clientes	1.900.135
Impostos e contribuições a recuperar	3.063.847
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	40.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.375.535
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	1.095.345
Outros ativos	470.098
Ativo financeiro da concessão	18.079
Intangível	7.575.223
Ativo de contrato	2.207.951
Passivos	
Fornecedores	(17.118.121)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(51.863)
Empréstimos e financiamentos	(7.107.057)
Impostos e contribuições a recolher	(115.739)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(55.011)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	(254.440)
Provisões para processos civis, fiscais e trabalhistas	(7.736.860)
PS-COPFINS a serem restituídas a consumidores	(2.426.499)
Outros passivos	(637.111)
Total dos ativos identificáveis, líquido	1.513.674
Participação dos minoritários (0,33%)	(545)
Ativos líquidos adquiridos (99,96%)	1.513.129
(-) Contraprestação paga	(153.129)

[illegible][illegible][illegible]

Sujeito presumido de ICMS. Em 22 julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul SEFAZ e a Companhia de Eletricidade da Amapá firmaram o termo de acordo 001/2021 em que se declara concedido crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor das faturas decorrentes da transmissão da acionante local para o Estado, no âmbito do projeto de eletrificação rural. O benefício deverá ser utilizado, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vencendo decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

Devidor do ICMS. A Integração Transmissora de Energia S.A. goza de incentivo fiscal, concedido pelo Decreto Termo de Acordo de Regime Especial nº 986/2007 firmado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, sob o qual a empresa recebe tratamento diferenciado ante diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, seus partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território locais/nacionais. Esses incentivos estão sendo aproveitados pela Integradora, porém não há qualquer restrição quanto ao uso desses benefícios. A ITEP S/A, controlada da Companhia obtém habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição Financeira sobre Operações de Crédito, Financiamento e Investimento).

O benefício é suscitado pelas contribuições pagas pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme AO Declaratório Executivo DPR nº 1711-11 de 11 maio de 2022. **3.1.02 Benefícios fiscais**. São decorrentes deste benefício:

- Instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificada pela Lei nº 8.167/1991, a Lei nº 11.488/2007, o Plano Provisório nº 2.421/2007, que estabelece o regime de concessão dos prazos de suspensão das contribuições PIS e COFINS;
- Instituída pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, através do Decreto nº 1.423/2007, que estabelece em operação na prática a suspensão das contribuições PIS e COFINS;
- Instituído pela SEMA/SEDESU, reinvestir 30% do imposto de renda, calculados sobre a parcela remanescente após o benefício do lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios desse órgão, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamentos, obras e serviços de infraestrutura, incluindo os custos de aquisição, instalação, manutenção e substituição de Depósitos junto ao Banco da Amazônia (BASA) ou Banco do Nordeste (BNB);

[illegible]

anteriormente e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, incluindo a natureza dos ativos e passivos, a duração dos ativos e passivos, a frequência e o volume e o impacto das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com a prática contábil de reconhecer a transferência de ativos financeiros quando o cedente não mantém os riscos e benefícios para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo sob circunstâncias sensíveis para negociação por meio do resultado. **• Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o emissor deve considerar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros conhecidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao ativo principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos custos totais e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de juros e custos administrativos), assim como uma base para a avaliação de outros riscos. Se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o montante ou a avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e seus controlados consideram “Eventos contingentes que modificam o valor ou a exposição a um risco” como eventos contingentes que não são considerados pagamentos do principal e de juros – o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia e de seus controlados a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pré-pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do ativo seja pago antes do prazo. O pagamento antecipado não é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, a menos que o pagamento seja por um valor menor ou maior que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor menor que represente o pagamento antecipado de uma compensação razoável pelo risco de crédito assumido pelo emissor. O pagamento antecipado pelo valor nominal do contrato (menos pagos) são tratados como consistentes com esse critério e são o valor justo do pré-pagamento por insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

[illegible]

Revisão e Normas Impactadas	Correlação IASS	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 PC 11 – Combinação de Regras PC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes PC 27 – Avaliação Imobiliária PC 30 – Imobilizado e produtos agrícolas PC 37 (R1) – Adoção inicial nas normas internacionais de contabilidade e CPC 46 – Instrumentos financeiros.	Annual improvement standards to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets Intangible Assets Costs of Fulfilling a Contract Reference to the Conceptual Framework	01/01/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proceeds before Intended Use</i> , as receitas de teste foram reguladas no resultado da Competência e de suas controladas, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, <i>DIS-50, Relatando</i> .

continuação

EQUATORIAL ENERGIA S.A.

Publicado na Folha de S.Paulo em 20/04/2023

CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

(a) Saldo proveniente da Echoenergia Participações S.A. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 3.1.1 - Combinações de negócios; e (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição. Em 31º de dezembro de 2022, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem as seguintes movimentações:

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2022		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Pará	2ª	(21/31/61/7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.209	27.102	55.311
Equatorial Pará	2ª	(21/31/61/7)	2ª	20.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.641	10.178	20.819
Equatorial Pará (a)	2ª	(11/31/41/51/6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	136.663	136.663	273.326
Equatorial Pará	6ª	(11/31/41/5)	Unica	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	23.518	1.345.496	1.369.014
Equatorial Maranhão (a)	1ª	(11/31/41/5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	156.752	–	156.752
Equatorial Maranhão	9ª	(11/31/41/5)	Unica	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	5.217	298.957	304.174
Equatorial Piauí	1ª	(11/31/41/5)	Unica	400.000	CDI + 1,37% a.a.	ago/21	ago/26	4.065	400.000	404.065
Equatorial Piauí	2ª	(11/31/41/6)	Unica	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	314.032	–	314.032
Equatorial Alagoas	1ª	(11/31/41/4)	1ª	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	4.981	200.000	204.981
Equatorial Alagoas	1ª	(11/31/41/5)	2ª	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	745	97.444	98.189
Equatorial Transmissão	1ª	(11/31/41/5)	Unica	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	10.636	886.512	897.148
Equatorial Transmissão	1ª	(11/31/41/6)	2ª	500.000	CDI + 1,23% a.a.	dez/21	dez/24	88.989	589.255	678.244
CEE-E-D	1ª	(11/31/41/6)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	364.853	892.620	1.257.473
CEE-E-D	1ª	(11/31/41/5/6)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	6.679	331.075	337.754
CEE-E-D	2ª	(11/31/41/5/6)	1ª	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	343	250.233	250.576
CSA	1ª	(11/31/41/6)	1ª	1.003.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/24	1.094	1.148.170	1.149.264
CSA	1ª	(11/31/41/6)	2ª	500.000	CDI + 1,23% a.a.	dez/21	dez/24	88.989	589.255	678.244
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	Unica	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	3.763	64.791	68.554
Equatorial Transmissão 2 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	Unica	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	2.506	53.552	56.058
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	abr/39	4.037	53.973	58.010
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	2ª	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/34	4.002	49.899	53.901
Equatorial Transmissão 5 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	Unica	68.000	IPCA + 4,85% a.a.	mar/19	abr/39	1.014	78.277	79.291
Equatorial Transmissão 7 (a)	2ª	(11/31/41/5/6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	2.321	159.137	161.458
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.342	117.527	118.869
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(11/31/41/5/6)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.596	107.150	108.746
Intesa	1ª	(11/31/41/5)	1ª	100.000	CDI + 5,95% a.a.	jun/21	jun/24	33.725	65.516	99.241
Intesa	1ª	(11/31/41/4)	1ª	250.000	CDI + 1,09% do CDI	mar/19	mar/24	8.604	249.403	258.007
Intesa	1ª	(11/31/41/4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	5.300	150.000	155.300
Echoenergia Participações S.A. (a)	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	180.000	IPCA + 6,90% a.a.	jun/20	jun/30	4.374	205.596	209.970
Echoenergia Participações S.A. (a)	2ª	(11/31/31/61/77)	2ª	140.000	IPCA + 4,75% a.a.	jan/21	jan/31	8.261	152.811	161.072
Echoenergia Participações S.A. (a)	2ª	(11/31/31/61/77)	Unica	200.000	CDI + 2,20% a.a.	jul/24	jul/24	2.176	299.785	306.941
Ventos de São Clemente Holding S.A. (a)	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	180.000	IPCA + 8,00% a.a.	abr/17	out/20	11.609	182.023	193.132
Ventos de São Clemente Holding S.A. (a)	2ª	(11/31/31/61/77)	Unica	20.000	IPCA + 7059% a.a.	abr/20	dez/29	2.464	18.031	20.495
Serras Holding S.A.	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	45.000	IPCA + 764% a.a.	jul/18	jul/32	3.861	45.220	49.081
São Jorge Holding S.A.	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	40.000	IPCA + 9,00% a.a.	mai/17	jul/28	12.017	62.938	74.955
Via Energia 1 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	45.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/21	jun/24	33.725	65.516	99.241
Via Energia 2 Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	44.000	IPCA + 5,95% a.a.	jul/20	jun/35	2.791	35.220	38.011
Serra do Mel Holding S.A.	1ª	(11/31/31/61/77)	Unica	142.000	IPCA + 5,95% a.a.	mar/21	dez/35	7.993	112.971	120.964

(1) Emissão pública de debêntures simples; (2) Emissão privada de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie quinquagratia; (5) Debêntures incentivadas; (6) Garantia ad idonessaria; e (7) Equatorial anual real. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com o projeto. As emissões das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2021, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatório aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

18.2. Cronograma de amortização da dívida

Controladora	2022			Vencimento Circulante	Vencimento Não Circulante
	Valor	%	%		
2024	448.400	10%	3%	1.406.261	72%
2025	2.850.000	63%	20%	3.256.183	10%
2026	850.000	19%	3%	3.393.478	23%
2027	150.000	3%	2027	2.465.151	17%
De 2028 a 2036	15.000	3%	2028	1.139.737	8%
Não circulante	4.448.400	98%	De 2028 a 2039	3.114.433	21%
Custo de captação (não circulante)	(19.820)	(1%)	Não circulante	3.138.982	91%
Total não circulante	4.428.580	97%	Custo de captação (não circulante)	(9.717)	(0%)
Total	4.554.060	100%	Total	13.271.265	90%

Companhia	Emissão	Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação do Recurso	Encargo Financeiro	Taxa Efetiva com Derivativo
Equatorial Energia S.A.	5ª Emissão-5ª Série	2.000.000	Fev/2022	Semestral	Bullet	Aquisição Echoenergia	CDI +1,40%
Equatorial Pará	6ª Emissão - Série Unica	1.350.000	Jun/2022	Semestral	Anual	Capital de giro	CDI +1,40%
Equatorial Maranhão	9ª Emissão - Série Unica	300.000	Jun/2022	Semestral	Anual	Capital de giro	CDI +1,40%
Equatorial Alagoas	1ª Emissão - 1ª Série	200.000	Out/2022	Semestral	Bullet	Capital de giro	CDI +1,635%
Equatorial Alagoas	1ª Emissão - 2ª Série	100.000	Out/2022	Semestral	Anual	Investimento	IPCA + 6,3618%
CEE-E-D	2ª Emissão - 1ª Série	4.200.000	Dez/2022	Semestral	Bullet	Investimento	IPCA + 7,1498%

18.4. Covenants das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais e covenants não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros com o período de apuração anual:

Equatorial Energia																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			</
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

EQUATORIAL ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

acionistas estabelece a outorga pelo Itai à Companhia de opção de compra da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição. Adicionalmente, o Acordo de Investimento estabelece algumas condições relacionadas ao percentual de distribuição de dividendos das ações preferenciais, sendo que em cada exercício social, a deliberação do pagamento é realizada pela controlada Equatorial Distribuição em assembleia, até que o valor total pago seja equivalente ao seguinte percentual do lucro líquido auferido pela controlada Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios: (i) 15% para as distribuições relativas ao exercício social de 2023; (ii) 17,50% para as distribuições relativas ao exercício social de 2024; (iii) 22,50% para as distribuições relativas ao exercício social de 2025; (iv) 30% para as distribuições relativas ao exercício social de 2026 e ao primeiro semestre do exercício social de 2027; (v) 35% para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2027, ao exercício social de 2028 e ao primeiro semestre do exercício social de 2029; (vi) 40% para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2029; e (vii) 50% para as distribuições relativas ao exercício social de 2030 em diante. **Cessão de dívida e resgate antecipado:** Em 21 de março de 2023, a Equatorial Energia S.A., Emissora da 6ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 1.578.983 e da 1ª Nota Comercial no valor de R\$ 500.000, realizou a cessão da dívida de ambos os passivos para a Equatorial Energia Distribuição S.A., cuja as dívidas foram renomeadas para 2ª Emissão de Debêntures e 1ª Nota Comercial da Equatorial Energia Distribuição S.A. respectivamente. Em 28 de março de 2023 as duas emissões foram objeto de resgates antecipados facultativo total. **Equatorial Maranhão - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 343.871, decorrentes do resultado do exercício. **Equatorial Pará - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 49.622, decorrentes do resultado do exercício. **Equatorial Alagoas - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 48.700, decorrentes do resultado do exercício. **Equatorial Piauí - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 5, decorrentes do resultado do exercício. **Aumento de capital social:** Em 29 de março de 2023,

conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 95.720, sem a emissão de novas ações. **Equatorial Transmissão - Aumento de capital:** Em 12 de janeiro de 2023, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 11.100, sem a emissão de novas ações. **SPE 01 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 18.274, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 02 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 5.230, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 03 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 2.013, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 04 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 8.524, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 05 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 6.385, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 07 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 24.364, decorrentes do resultado do exercício. **SPE 08 - Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 20.291, decorrentes do resultado do exercício. **Intesa - Aumento de capital:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da controlada indireta da Companhia no montante de R\$ 121.035, mediante a integralização da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 116.695 e da reserva legal no valor de R\$ 4.340, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5 do Estatuto Social da controlada indireta da Companhia. **Echoenergia - Aumento de capital:** Em 03 de janeiro de 2023, houve aumento de capital na controlada indireta Echoenergia Participações S.A. no montante de R\$ 225.800, com

entrada de recursos e caixa e equivalentes de caixa destinados a crescimento e investimento em novos negócios, sem alteração da composição acionária. **CELG-D - Liberação de recurso junto a Equatorial Energia:** Em 04 de janeiro de 2023 a controlada indireta CELG-D assinou o contrato de empréstimo (Contrato de Mútuo), junto à Equatorial Energia, no valor de até R\$ 1.500.000, com vigência de até 2 (dois) anos contados da data de sua assinatura. Em 06 de janeiro de 2023, foi liberado o montante de R\$ 25.142, cujo recurso é destinado a capital de giro, com o custo de CDI + 1,50% a.a. e vencimento final em 20 de fevereiro de 2023. **Liberação de recurso junto ao Banco Santander:** Em 06 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D contratou empréstimo em moeda estrangeira via lei nº 4.131, no montante de US\$ 22.977, equivalente a R\$ 125.000, com proteção a exposição cambial para a taxa de CDI + 1,40% a.a., com o vencimento em 07 de março de 2023. **Liberação de recurso junto ao Banco Citibank:** Em 09 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D contratou empréstimo em moeda estrangeira via lei nº 4.131, no montante de US\$ 20.522, equivalente a R\$ 110.000, com proteção a exposição cambial para a taxa de CDI + 1,40% a.a., com o vencimento em 09 de março de 2023. **Liberação de recurso da 2ª Emissão de Debêntures:** Em 26 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D integralizou a 2ª Emissão de Debêntures em série única, no montante de R\$ 7.000.000, cujo recurso é destinado para refinanciamento de passivos financeiros e gestão ordinária da Emissora, com o custo de CDI + 1,50% a.a., e vencimento final em 20 de janeiro de 2026. **Liquidações antecipadas:** Em 09 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D liquidou antecipadamente o contrato, ECF-232/2008 com a Eletrobras, no montante de R\$ 4.186; Em 26 de janeiro de 2023, a controlada indireta CELG-D liquidou antecipadamente parte do saldo da dívida reestruturada na aquisição, com o custo de CDI + 1,40% a.a., originada das operações de empréstimo de mútuo com a Enel Brasil S.A. e Enel Finance International N.V., no montante de R\$ 5.058.350. Em 13 de março de 2023, realizou a liquidação antecipada adicional de R\$ 511.000. Em 27 de março de 2023, liquidou antecipadamente o adicional de R\$ 1.022.000. Em 15 de fevereiro de 2023, a controlada indireta CELG-D liquidou antecipadamente o contrato, COB nº 50004444400 com a Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), no montante de R\$ 13.075. **Concessionária de Saneamento do Amapá - Ato Declaratório DRF nº 15/2023 habilitando a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI):** Em 15 de março de 2023, através da publicação no DOU do Ato Declaratório Executivo DFR/MNS nº 15, a Recelta

Federal do Brasil em exercício na Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN) da SRRF/2ªRF, habilitou a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA) a operar com REIDI, regime especial instituído pela Lei nº 11.488/2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007. O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data de publicação da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura. **Companhia de Eletricidade do Amapá - Contratação junto ao Citibank:** Em 06 de fevereiro de 2023, a controlada indireta da Companhia assinou dois contratos de empréstimo via Lei nº 4.131, junto Citibank, no valor de R\$ 179.280 e outro no valor de R\$ 120.720, totalizando o volume captado de R\$ 300.000. Os dois contratos possuem vigência de 3 (três) anos com o custo de CDI + 1,38% a.a..

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani; Guilherme Mexias Aché; Luis Henrique de Moura Gonçalves; Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa; Tania Szlamfater Chocolat; Tiago de Almeida Noel; Eduardo Haiaima; Karla Bertocco Trindade

Conselho Fiscal

Titulares: Saulo de Tarso Alves de Lara; Maria Salete Garcia Pinheiro; Vanderlei Dominguez da Rosa
Suplentes: Paulo Roberto Franceschi; Claudia Luciana Ceccato de Trotta; Ricardo Bertucci

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor; José Silva Sobral Neto - Diretor
Bruno Cavalcanti Coelho - Diretor; André Luiz Barata Pessoa - Diretor;
Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Mauricio Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor
Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor
Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-0-3-S-MA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda em 29 de março de 2023, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Brasília, 29 de março de 2023. Paulo Roberto Franceschi; Vanderlei Dominguez da Rosa; Saulo Tarso Alves de Lara

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase.** Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 35 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber "Créditos especiais – Funac", no montante de R\$ 711.166 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da controlada CELG Distribuição S.A. - CELG D, relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobras que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independentemente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do

fornecimento não faturado totaliza R\$ 1.158.654 mil em 31 de dezembro de 2022 e está divulgado na nota explicativa nº 7 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes de integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Combinações de negócios:** Conforme detalhado nas notas explicativas 3.1.1.1 e 3.1.1.2 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Equatorial Energia S.A., concluiu em 03 de março de 2022 e em 29 de dezembro de 2022 o processo para as aquisições dos controles acionários da Echoenergia Participações S.A. ("Echoenergia") e da CELG Distribuição S.A. - CELG D ("CELG"), respectivamente. A contraprestação transferida por essas aquisições monta, respectivamente, R\$ 7.008.993 mil e R\$ 1.513.129 mil. Estas transações foram contabilizadas de acordo com o método de aquisição (CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations). A aplicação do método da aquisição envolve um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizam as operações, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas, e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das políticas e estimativas contábeis significativas, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e dos saldos contábeis das adquiridas nas datas das aquisições; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de avaliação, analisamos análise das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos, na data da aquisição, ados ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo aquelas que envolveram a preparação de informações financeiras prospectivas das adquiridas; (v) revisão dos relatórios das diligências ("due diligences") conduzidas pela Companhia com auxílio de especialistas externos; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e

consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, em um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

